



## **PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº24/XIV/1.ª**

### **RECOMENDA A REDUÇÃO DO NÚMERO DE DEPUTADOS NO PARLAMENTO PORTUGUÊS**

#### **Exposição de motivos**

Numa democracia cabal e coesa, a figura do deputado é peça fundamental da representação popular no parlamento. A ser assim - e porque somos dos que o afirmam sem reservas ou pudor - que sempre deve sê-lo de facto, qualquer que seja o titular do cargo em questão deve diária e incansavelmente pugnar pelo rigoroso e profícuo cumprimento das funções que lhe foram confiadas.

Estas, a que todos nesta Câmara foram chamados a desempenhar, sejam elas exercidas legislativamente, ou numa postura de averiguação e controlo à acção governativa, devem por isso ser sempre encaradas pelos seus titulares, como sendo maiores que si próprios, na defesa desta que foi a maior vitória política alguma vez alcançada pelo actual regime.

No entanto, condizente com uma clara, visível e paulatina alteração de paradigma em que a casa da democracia se foi isolando do Portugal verdadeiro, deixando de lutar pelos anseios do colectivo, para passar a funcionar como um qualquer reduto, quase sempre amorfo e viciado que muitas vezes mais parece interessado em afunilar-se numa pequena franja ou elite social, tornou-se motivo evidente para o afastamento dos cidadãos portugueses da sua classe política.

Disso é bem demonstrativo o fenómeno galopante da abstenção, a que sufrágio após sufrágio se assiste no nosso país com maior expressão. Não basta analisar o problema de quatro em quatro anos, todos considerando que se deve reflectir sobre o mesmo. Sobretudo porque todos já nos habituámos a que todas essas reflexões não passam de promessas vãs, rapidamente esquecidas sem que em nada se altere o panorama existente. O CHEGA não vem para somente reflectir. O CHEGA vem para agir.

Não tenhamos dúvidas, o actual regime não é hoje capaz de responder às presentes necessidades e exigências do povo português. Não tenhamos igualmente dúvidas, várias são por isso as alterações que temos o dever de patrocinar para que o cenário em causa se inverta. Portugal merece-o. Mas sobretudo, Portugal exige-o.

O CHEGA considera, como de resto sempre considerou, que é imperioso reduzir o número de deputados do parlamento português. E di-lo, não por qualquer impulso meramente ideológico. Afirma-o, não por um qualquer revanchismo representativo que vise essencialmente melindrar os interesses instalados. Fá-lo isso sim, a bem do interesse de Portugal e dos portugueses. Não são necessários 230 deputados num país com a dimensão e as clivagens político-ideológicas existentes em Portugal.

O CHEGA considera portanto, como sempre considerou, honrando aqui uma das suas principais propostas eleitorais, que um Portugal melhor e mais capacitado para enfrentar o caleidoscópio de exigências que são os tempos modernos, será forçosamente um Portugal em que o seu parlamento é composto por menos deputados e por um sistema político mais barato, reduzido e eficiente.

É hoje impensável continuar a olhar para um parlamento que, apesar de ser composto por duzentos e trinta lugares, não consegue ser representante fiel dos desejos do seu povo. Não o sendo, tornou-se por isso vulgar e por muitos quase considerada “normal”, a paupérrima capacidade de intervenção política real.

Os portugueses não compreenderão que não sejamos capazes de implementar no Parlamento os mesmos sacrifícios que exigimos às empresas e às famílias: menos gastos, menos excessos e maior eficiência.

Não escamoteia no entanto o CHEGA, que defender um parlamento com menos deputados, exigirá de todos quantos nele hoje se encontram, um contributo intelectual, político e jurídico sério, que só por si facilmente trará à luz do dia, o confronto entre os interesses pessoais e político-partidários de quem está na política apenas por cargos ou lugares, e os que por no polo oposto se encontrarem, desejam e lutam apenas pela modernização e melhoria dos sistema político português.

Bem sabe igualmente o CHEGA, que sempre que toca no assunto que hoje aqui nos traz, o incómodo é geral. Chovem as maiores indignações. Agigantam-se novamente os velhos do restelo da nossa praça e, principalmente, fere-se gravemente o “status quo” instalado que de há décadas a esta parte colocou o nosso país num lugar em nada condizente com a sua História e grandeza.

É igualmente comum o aparecimento de vozes que questionam como ousa o CHEGA propor tamanha alteração na nossa realidade parlamentar, quando se a mesma acontecer, menos deputados pode significar inclusivamente a possibilidade do próprio CHEGA e outros partidos recentes não serem capazes de eleger deputados em muitos círculos eleitorais.

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhor Primeiro-ministro, senhoras e senhores ministros, senhoras e senhores deputados, o CHEGA é fiel aos seus princípios. O CHEGA é fiel à sua identidade. Ao CHEGA pouco importam cálculos eleitorais que apenas procurem satisfazer a sagacidade e sofreguidão política de um qualquer desejo de eleição pessoal. Ao CHEGA interessa apenas e exclusivamente lutar por um sistema político mais eficiente e barato que finalmente seja capaz de pugnar pela melhoria das

condições de vida que os portugueses tanto desejam. É fundamental moralizar o sistema político.

E se na defesa desta proposta, do seu resultado advir a não eleição de qualquer deputado pelo CHEGA, não nos importará de todo esse cenário. Importar-nos-á, isso sim, o termos sido motor principal de uma mudança histórica que será devidamente valorizada pela nossa sociedade. A todos repetimos, não vimos por cargos ou lugares, vimos em completo espírito de missão de luta pela nossa pátria. Desafiamos portanto todos os outros partidos políticos a se juntarem a nós nesta batalha. Se não o fizerem, tal decisão será suficientemente clara para que todos percebam aquilo que cada um de nós representa.

A máquina do Estado, em toda a sua totalidade, é hoje uma afronta a todo o povo português. O mesmo povo português que vê ano após ano serem aumentados os seus impostos; o mesmo povo português que vê ano após ano, a decadência generalizada dos serviços públicos para os quais contribuem, e que não honrando esse esforço são cada vez menos capazes de cumprir as suas funções; o mesmo povo português que na verdade todos os dias já não vive. Apenas sobrevive.

O CHEGA não irá compactuar com esta negra realidade. O CHEGA vem para refundar o regime. Para promover uma sociedade de mérito. Para promover uma sociedade em que quem mais trabalha, não seja ao contrário do que hoje acontece, mais castigado com impostos e onerações verdadeiramente atentatórias. O CHEGA vem para garantir que o Estado não poderá mais ser um sorvedouro dos sacrifícios diários dos portugueses, e na hora da verdade lavar as mãos como Pilatos, abandono-os à sua sorte. Quer seja na justiça, no emprego, na habitação social, na educação ou na saúde. O CHEGA vem para ser parte e garante de uma mudança de paradigma em que o Estado antes de exigir o que quer que seja aos outros, devê-lo-á fazer a si próprio.

A redução dos deputados será um primeiro passo fundamental no alcançar de todos estes objectivos. O dilema que se coloca é portanto bastante

simples. Como simples serão também os dois lados perante ele existentes, cabendo-nos a cada um de nós escolher o seu.

De um lado, estarão os do costume, aqueles que há décadas a esta parte deixaram de se preocupar com o país, passando apenas a preocupar-se consigo próprios. Do outro, estarão necessariamente os que não admitindo que o mesmo se continue a verificar, estão do lado de Portugal e dos portugueses, trocando as meras declarações de intenções por trabalho e medidas concretas capazes de garantir um país com futuro.

É aqui que se encontra o CHEGA. Encontra e sempre encontrará.

O CHEGA quer um parlamento mais produtivo; O CHEGA quer um parlamento mais capaz; O CHEGA quer um parlamento mais próximo dos portugueses; O CHEGA quer um parlamento menos exigente com os outros e mais exigente consigo próprio; O CHEGA quer um parlamento mais pequeno e mais coeso.

Neste sentido, o CHEGA entende que, para além do eventual papel que o Governo Português poderá ter na constituição de um sólido grupo de estudo e trabalho sobre esta matéria, a Assembleia da República não deverá deixar de dar os passos iniciais para um debate profundo e sério sobre a redução do atual número de deputados.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o CHEGA propõe assim que esta Câmara se digne a aceitar a redução do número de deputados do parlamento português para o mínimo legalmente previsto, neste caso 180 deputados, encetando imediatamente os passos legais e institucionais para a constituição de uma comissão de trabalho para o efeito.

Assembleia da República, 5 Novembro de 2019

O Deputado

André Claro Amaral Ventura